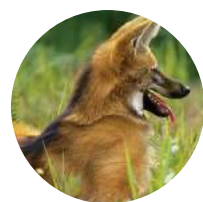




**Wilder quer impedir
demissão de
servidores com câncer**

**Marconi transfere
sede do governo para
Cidade de Goiás**



CERRADO



Goiânia, QUINTA-FEIRA, 3 de agosto de 2017

[f](#) [i](#) [t](#) /wildermorais



**CAVALHADAS:
UM POUQUINHO
DE HISTÓRIA**

CULTURA / CAVALHADAS

Da Europa medieval para o Brasil Central

FOTO: HTTP://FOCOTURISTICO.BLOGSPOT.COM.BR



A guerra da Reconquista, encenada nas Cavallhadas, é tão importante que marca o fim da Idade Média e o começo da Idade Moderna

J. C. GUIMARÃES

De um lado cristãos (de azul), de outros muçulmanos (de vermelho). O que hoje encanta-nos como diversão comunitária foi combate sangrento, no passado.

Uma das mais conhecidas festas populares de Goiás e do Brasil revive a luta entre as duas maiores religiões do mundo, ocorrida na Idade Média: a Reconquista (séculos VIII ao XV), quando espanhóis e portugueses travaram luta renhida contra os invasores árabes na Península Ibérica, no extremo Oeste da Europa. O Império Árabe havia alcançado na época sua maior extensão, indo de um hemisfério a outro, da Índia, na Ásia, a

Portugal.

Os nativos europeus, liderados por legendários reis católicos como dom Afonso Henriques e dom Fernando, acabaram vencendo e expulsando os mouros na batalha de Granada, em 1492. É um acontecimento histórico tal envergadura que, para muitos estudiosos, serve de marco para o início da Idade Moderna, tanto quanto a Reforma Protestante.

SIMBOLISMO

As lutas da Reconquista tiveram significativos aspectos de natureza política e econômica. Mas o caráter religioso (e também simbólico) sobressai nas Cavallhadas

porque a vitória dos reinos europeus, vassallos do papa, representa no imaginário coletivo a vitória de Cristo no Ocidente, sob o domínio católico. Daí sua importância ideológica fundamental.

Com o passar dos séculos a memória da guerra tornou-se folgado em Portugal, celebração para lembrar e alimentar o espírito heróico e o nacionalismo lusitanos. Por meio deles a festa fora trazida ao Brasil, acabando por integrar nosso folclore, enriquecendo uma cultura tão rica e variada do ponto de vista de seus valores e da herança étnica.

EM GOIÁS

Apesar de seu inegável encanto regional, as Ca-

valhadas correspondem, portanto, a uma longuíssima tradição que extravasa nossas fronteiras geográficas e temporais.

No Brasil é representada em vários estados e nas mais diferentes regiões, sendo que em Goiás ela encontrou o cenário ideal em Pirenópolis. Na pequena e charmosa cidade colonial (fundada pelo português Manoel Rodrigues Tomar em 1727), elas existem desde 1826, introduzida pelo padre Manuel Amâncio da Luz.

Talvez a principal característica da manifestação goiana seja a participação dos mascarados, personagens jocosos que infiltram o elemento popular

na celebração. Os militares e nobres, por sua vez, estão no centro do espetáculo e representam as duas religiões em conflito: a cristã e a islâmica.

As Cavallhadas acontecem no início de junho, fazendo parte do calendário cultural de Pirenópolis. Dura três dias e divide-se em três momentos: confronto, rendição e batismo e conagração. A luta termina em pacificação dos contendores.

De fundo católico, a encenação atrai turistas de Goiás e das mais variadas partes do Brasil, movimentando a economia local, principalmente hotéis, bares e restaurantes.

ECONOMIA

Projeto do senador senador Wilder é aprovado na CCJ e permite distribuidoras explorarem energia solar

FOTO: HTTP://ARAGUANOTICIA.COM.BR



JOÃO CARVALHO

Ainda de acordo com o projeto, a energia solar gerada pelas distribuidoras vai alimentar apenas a sua rede elétrica. Quanto às unidades consumidoras de baixa renda, habilitadas à tarifa social de energia, terão de permitir a instalação dos equipamentos de captação da energia solar em suas residências para continuar tendo acesso ao benefício. A proposta também proíbe que esses consumidores reivindiquem qualquer compensação das distribuidoras pela instalação das placas de energia fotovoltaica em suas casas.

Na justificativa do PLS 277/2015, Wilder apontou o alto custo dos equipamentos de captação de energia solar como obstáculo à expansão do uso dessa fonte de energia. Segundo estudo da Empresa de Pesquisa Energética, citado por ele, as residências brasileiras teriam condições de gerar, em média, 230% da energia elétrica por elas consumidas, mediante a instalação de painéis fotovoltaicos

em seus telhados.

Sem entrar no mérito do projeto, a ser analisado pela CI, o relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), recomendou a aprovação da proposta e tratou apenas de apresentar uma emenda para deixar claro que a autorização da Aneel para distribuidoras gerarem energia solar tem prazo definido e limitado: cinco anos. Sua intenção era "evitar interpretações incongruentes com os reais objetivos do projeto."

Wilder Moraes tem atuado no Senado para fortalecer a produção e distribuição de energia elétrica a partir de fontes alternativas. O Brasil tem um grande potencial nesse sentido, com as fontes solar e eólica, mas aproveita pouco dessa capacidade, mesmo sabendo que a energia solar, por exemplo, é infinita, não faz barulho, não polui, tem manutenção mínima, é de baixo custo considerando a vida útil de um sistema fotovoltaico, é fácil de instalar e pode, sobretudo, ser usado em áreas remotas onde não existe

fornecimento de energia.

"O Brasil está atrasado nesse aspecto. No decorrer da nossa história fizemos a opção errada, ao optarmos pela geração de energia elétrica a partir das hidrelétricas, com suas estruturas caras e que provocam forte impacto ambiental para sua implantação, sem contar a estrutura de distribuição, também cara e com inúmeros registros de problemas. Por isso, optei por registrar projetos e ações que permitam mudar essa realidade", disse Wilder.

TARIFA SOCIAL

Ainda de acordo com o projeto, a energia solar gerada pelas distribuidoras vai alimentar apenas a sua rede elétrica. Quanto às unidades consumidoras de baixa renda, habilitadas à tarifa social de energia, terão de permitir a instalação dos equipamentos de captação da energia solar em suas residências para continuar tendo acesso ao benefício. A proposta também proíbe que esses consumidores reivindiquem qualquer compensação das

distribuidoras pela instalação das placas de energia fotovoltaica em suas casas.

Na justificativa do PLS 277/2015, Wilder apontou o alto custo dos equipamentos de captação de energia solar como obstáculo à expansão do uso dessa fonte de energia. Segundo estudo da Empresa de Pesquisa Energética, citado por ele, as residências brasileiras teriam condições de gerar, em média, 230% da energia elétrica por elas consumidas, mediante a instalação de painéis fotovoltaicos em seus telhados.

Sem entrar no mérito do projeto, a ser analisado pela CI, o relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), recomendou a aprovação da proposta e tratou apenas de apresentar uma emenda para deixar claro que a autorização da Aneel para distribuidoras gerarem energia solar tem prazo definido e limitado: cinco anos. Sua intenção era "evitar interpretações incongruentes com os reais objetivos do projeto."

Wilder Moraes tem atuado no Senado para fortalecer a

produção e distribuição de energia elétrica a partir de fontes alternativas. O Brasil tem um grande potencial nesse sentido, com as fontes solar e eólica, mas aproveita pouco dessa capacidade, mesmo sabendo que a energia solar, por exemplo, é infinita, não faz barulho, não polui, tem manutenção mínima, é de baixo custo considerando a vida útil de um sistema fotovoltaico, é fácil de instalar e pode, sobretudo, ser usado em áreas remotas onde não existe fornecimento de energia.

"O Brasil está atrasado nesse aspecto. No decorrer da nossa história fizemos a opção errada, ao optarmos pela geração de energia elétrica a partir das hidrelétricas, com suas estruturas caras e que provocam forte impacto ambiental para sua implantação, sem contar a estrutura de distribuição, também cara e com inúmeros registros de problemas. Por isso, optei por registrar projetos e ações que permitam mudar essa realidade", disse Wilder.



HOMENAGEM

Senador Wilder homenageia Polícia Militar pelos seus 159 anos



Senador Wilder Morais com o comandante geral da Polícia Militar de Goiás, coronel Divino Alves de Oliveira. Justa homenagem pelo 150 anos da corporação, no Senado Federal

JOÃO CARVALHO

A Polícia Militar de Goiás foi homenageada nesta quinta-feira (3) em sessão especial no Plenário do Senado, pelos seus 159 anos. O autor do requerimento, senador Wilder Morais (PP-GO), disse que não basta homenagear, mas que é preciso dar condições para os policiais trabalharem com segurança e eficácia.

“Acredito que temos que dar condições para que o policial possa trabalhar, dar segurança ao PM para que ele tenha condições de agir sem medo; sem medo de ser punido pelos criminosos, perdendo a sua vida; medo de ser punido pela Justiça, punido pela má interpretação da lei. Digo isso porque vejo que há casos em que o policial, mesmo agindo em estrito cumprimento do dever legal, ainda corre o risco de ser punido pelo Estado ou de ser demitido de seu cargo”, defendeu o senador.

Wilder Morais afirmou ainda que quer reinstalar, no Senado, a Subcomissão Per-

manente de Segurança Pública para avaliar a política pública no setor e reformar a legislação para que os procedimentos policiais sejam aperfeiçoados.

Fundada em 1858, com um grupamento de 47 militares para cuidar de três cidades, a Polícia Militar de Goiás conta hoje com 12 mil policiais para a proteção de 246 municípios.

O senador contou que decidiu homenagear todos os anos a Polícia Militar de Goiás devido a um atentado na cidade goiana de Itumbiara, presenciado por ele, em que morreram o candidato à prefeitura, Zé Gomes, e o policial militar Vanilson João Pereira.

“Naquela ocasião, só não houve um massacre ainda maior devido à eficiente e corajosa atuação da Polícia Militar, que esteve presente imediatamente, em especial o Policial Vanilson João Pereira, que morreu como herói, como alguém que deu sua vida para evitar um acidente ainda maior. Daí eu pergunto: quantos Vanil-

sons ainda teremos em nosso País para que as pessoas e instituições valorizem o trabalho da Polícia Militar?”, questionou o senador.

ATUAÇÃO

O comandante geral da Polícia Militar de Goiás, coronel Divino Alves de Oliveira, afirmou que a Polícia Militar é feita de homens e mulheres valiosos que fazem a diferença nas ruas do Estado. “Para que tenham noção, apenas ontem (2 de agosto), em 24 horas de serviço, a PM apreendeu, em diversas situações de ocorrência por todo o Estado, duas toneladas de drogas. Ao longo deste ano de 2017, quase 20 toneladas de drogas foram retiradas das ruas pela PM. Imaginem, senhores e senhoras, quantas vidas foram preservadas, quantas vidas não pereceram aí em decorrência do tráfico, em decorrência de homicídios causados pelo tráfico de drogas”, exemplificou.

O secretário de Seguran-

ça Pública de Goiás, Ricardo Brisolla Balestreri, elogiou a Polícia Militar pela redução dos 12 índices de criminalidade no estado nos últimos meses. “Enquanto, lamentavelmente, no conjunto do Brasil, a tendência é o aumento dos índices de criminalidade, os nossos bravos policiais são responsáveis pela redução muito expressiva dos doze índices integralmente. Essa notícia nós comemoramos. Isso não é pouca coisa num País que vive o drama que vive o Brasil cotidianamente”, celebrou o secretário.

PROJETOS PARA MELHORAR A SEGURANÇA

O senador Wilder Morais é um parceiro da PM. Tanto que já apresentou vários projetos voltados para melhorar as condições de trabalho dos policiais e para ampliar a sua atuação no dia a dia.

Um dos projetos do senador Wilder voltado para a segurança prevê mudanças no Estatuto do Desarmamento, indicando que armas apreendidas não serão mais destruídas, mas entregues às forças policiais dos estados. “Há em curso uma espécie de corrida armamentista entre policiais e bandidos e nós estamos ficando para trás. Sou testemunha do esforço da Polícia Militar para tirar de circulação os bandidos e as armas, mas essa é uma guerra que precisa da nossa atuação

para reduzir o poder de fogo do crime”, defendeu Wilder.

“Com a mudança que estamos propondo, teremos redução de gastos na compra de armamentos pelos governos e também podemos melhorar o fornecimento de armas e aumentar o poder de fogo dos nossos policiais no enfrentamento diário contra o crime”, avisa Wilder. O senador lembra que são milhares de armas apreendidas todos os anos no Brasil. Armamento que acaba sendo destruído. “É uma situação contraditória. Faltam recursos para tudo e estamos destruindo equipamentos que poderiam ser usados”, avalia.

QUEM FOI

Participaram da sessão especial no Senado o comandante-geral da PM de Goiás, coronel Divino Alves; o secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás, Ricardo Balestreri; o tenente-coronel Alessandri da Rocha, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás (Assof-Go); do presidente da Associação Goiana dos Municípios (AGM), prefeito Paulinho; da senadora Lúcia Vânia e da deputada Magda Mofatto, além de vários oficiais da corporação e de prefeitos goianos que também prestigiaram a sessão.



Militares presentes à Cerimônia, no Plenário do Senado Federal